

ambiente planeta em transe

PL do agrotóxico e mudança no Código Florestal voltam a andar no Congresso

Propostas criticadas por ambientalistas podem avançar no período de transição de governo

João Gabriel

BRASÍLIA Enquanto as atenções se voltam à Copa do Mundo, o Qatar, e parlamentares negociam a PEC de Transição, avança no Congresso uma série de pautas de impacto ambiental.

Desde o início do Mundial no, houve andamento na tramitação de pelo menos cinco propostas defendidas por ruralistas e criticadas por ambientalistas na Câmara e no Senado.

Nesta terça-feira (29), a CRA (Comissão de Agricultura) do Senado deve tentar, pela segunda vez em menos de uma semana, votar o projeto de lei que libera mais agrotóxicos e diminui o controle sobre esses produtos — chamado por ambientalistas de PL do Veneno.

No dia da estreia da seleção brasileira, na última quinta (24), a CRA tentou deliberar sobre o projeto, mas a oposição conseguiu adiar a decisão.

Já a proposta que isenta o Estado de responsabilidade na fiscalização sanitária do agronegócio, aprovada na comissão em junho deste ano, já tem seu relatório pronto e aguarda ser pautada no plenário do Senado. Tentando evitar que isso aconteça, a oposição conseguiu, na quarta-feira (23), aprovar uma no-

va sessão de debates sobre o tema (que deve acontecer em dezembro).

Apelidada por críticos de PL do Autocontrole, a proposta determina que o controle sobre o armazenamento de produtos, como a carne nos frigoríficos, fica a cargo da iniciativa privada.

As duas propostas integram a série de pautas de impacto ambiental que, como mostrou a Folha, são criticadas por especialistas ao mesmo tempo que tramitam de forma acelerada ou sem a preciação por todas as comissões temáticas, como a do Meio Ambiente.

Na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, avançaram três propostas criticadas por ambientalistas e que têm tramitação conclusiva — ou seja, não precisam passar pelo plenário, apenas pelos grupos temáticos. Elas flexibilizam o Código Florestal e a Lei da Mata Atlântica. Para especialistas ouvidos pela reportagem, o andamento dessas propostas acontece não somente porque as atenções não somente porque as atenções da política e da população estão voltadas à PEC da Transição e para a Copa.

Os aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) tentam avançar os projetos enquanto ainda não contam com a eventual resistência do governo federal — o que pode aconte-



Protesto contra o PL do agrotóxico, que tramita no Congresso Nacional. Bárbara Cruz/Greenpeace

cer quando Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumir o poder, em janeiro.

“Os ruralistas têm pressão em aprovar projetos que estão em fase final de tramitação, e que podem ainda ser sancionados por Bolsonaro neste fim de ano. É o saldo do governo na sua reta final, tentando aprovar projetos que só os beneficiam”, afirma Luiza Lima, assessora de políticas públicas do Greenpeace.

“É uma espécie de xepa de final de feira”, concorda Kenzo Jucá, consultor legislativo do ISA (Instituto Socioambiental). “O PL do Veneno foi colocado em pauta no dia da estreia do Brasil na Copa, algo completamente inusitado na história legislativa para uma matéria com tantos interesses envolvidos.”

A Folha procurou o presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Acir Gur-

gacz (PDT-RO), mas não teve resposta até a conclusão desta edição.

Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Covatti Filho (PP-RS) discorda das críticas e diz que, durante a COP27 (conferência do clima das Nações Unidas), chegou a retirar da pauta alguns temas sensíveis, em respeito a deputados que estavam no evento e não poderiam acompanhar o debate em Brasília.

“Desde antes do período eleitoral já tínhamos combinado que iríamos colocar na pauta todas as matérias disponíveis para votação. Essa situação da Copa do Mundo é uma desculpa que não tem lógica. Na pauta temos vários projetos de interesse tanto de ambientalistas como do pessoal que defende a agricultura.”

De acordo com o deputado, a cobrança sobre a tramitação dos temas não tem fundamento, uma vez que houve acordo para que eles fossem deliberados.

O principal projeto que avançou na Câmara é o que flexibiliza as regras de proteção à mata atlântica. Na prática, ele concede anistia a uma série de desmatamentos e abre espaço para que mais florestas tenham a derrubada autorizada.

O relator do texto era o deputado Nilto Tatto (PT-SP), que recomendou a reprovção da proposta. No entanto, o seu parecer foi derrubado na sessão, e o tema avançou mesmo assim.

Agora, o projeto vai para a Comissão de Constituição e Justiça e, se aprovado lá, já vai para o Senado, sem precisar passar pelo plenário da Câmara — a não ser que haja recurso.

Essa mesma tramitação pode acontecer com os outros dois projetos aprovados na última sessão: um que permite a criação de reservatórios de água e barragens dentro de APPs (áreas de preservação permanente) para uso da agropecuária e irrigação e outro que mais que dobra a quantidade anual de madeira que pode ser extraída de reservas florestais em pequenas propriedades rurais — de 15 m³ para 40 m³.

Polarização no Twitter sobre clima se consolidou na COP26

Samuel Fernandes

SÃO PAULO A consolidação de um campo que questiona as mudanças climáticas no Twitter ocorreu a partir da COP26, a conferência da ONU para o clima realizada em 2021 em Glasgow. Nas edições anteriores, o cenário de polarização acerca das questões climáticas era inexistente na rede social. A descoberta acende um alerta do que o cenário significa para o debate em torno das emergências climáticas.

A conclusão consta de um estudo publicado na última quinta (24) na revista *Nature Climate Change*. Na investigação, os pesquisadores tinham o objetivo de entender a discussão sobre mudanças climáticas no Twitter durante seis conferências do clima: da COP21, em que foi firmado o Acordo de Paris, até a COP26.

Para concluir que as mudanças ocorreram, a pesquisa observou a relevância de posições contrárias e a favor sobre mudanças climáticas na rede social.

“Nós vimos que, até a COP26, não havia tanta polarização, porque muitas pessoas discutindo sobre a conferência tendiam a concordar que as mudanças climáticas são uma emergência. No entanto, existe uma grande mudança na COP26 que confirmamos ao procurar títulos genéricos sobre [o assunto]”, afirma Andrea Baronchelli, professora associada do Departamento de Matemática da City, Universidade de Londres e pesquisadora do Instituto Alan Turing. Baronchelli também faz parte da Iris, rede que investiga a infodemia e a divulgação de informações falsas na internet em meio a emergências mundiais. A pesquisa recém-publicada é assinada por ele e por outros pesquisadores do grupo.

A maior mudança que os cientistas observaram entre as conferências foi o surgimento de um campo ideológico que propaga dúvidas acerca das alterações no clima no Twitter.



Ativistas do clima participam de ato durante a COP27, em Sharm el-Sheikh, no Egito. Mohamed Abd El Ghany - 19.nov.21/Reuters

Por exemplo, na COP21, foram três contas de pessoas com um histórico em debates sobre clima que questionavam o tema. Fora essas, havia ainda uma conta pertencente ao político britânico Roger Helmer.

Por outro lado, na COP26, esse número de perfis descrentes subiu para 56 e alcançaram maior relevância. Mesmo assim, ainda são uma minoria comparada às contas do espectro que confirmam a emergência climática.

Max Falkenberg, pesquisador associado do Departamento de Matemática da City, Universidade de Londres e um dos autores do artigo, explica que, enquanto na conferência de 2015 a maior parte dos perfis com opiniões contrárias já debatia sobre meio ambiente — eram somente seis desse tipo —, na COP26 isso mudou.

“Grande parte [dos perfis] tem um foco amplo. Por exemplo, muitos falavam contra as restrições da Covid-19. Havia muito discussão sobre isso, ao mesmo tempo em que ocorria aquelas das questões climáticas”, diz.

Outro aspecto observado foi a posição ideológica dos políticos que se contrariaram às discussões climáticas. No caso, eles eram de direita. A constatação, no entanto, não é necessariamente uma verdade para todos os outros perfis.

“Nós não fomos a fundo em cada uma das contas. Então, só podemos falar dos políticos, que podemos identificar que são de direita”, afirma.

O levantamento não considerou dados da última conferência do clima, a COP27, ocorrida em novembro deste ano, no Egito. Porém, informações não presentes no ar-

tigo já foram levantadas a fim de observar se a polarização da COP26 se manteve na mais recente — algo que aconteceu. Baronchelli diz que a repetição pode ser um indicio “do começo de uma nova tendência” com um padrão de polarização entre os dois campos sobre as mudanças climáticas.

Outro ponto observado sobre a COP27 é em relação ao Brasil. O artigo não considerou o país, pois se restringiu a análises de língua inglesa, como Estados Unidos e Austrália. Mesmo assim, a vitória do presidente eleito Lula ocorreu pouco tempo antes da última conferência, o que já foi discutido no Twitter tendo em vista a conferência.

“Muitas pessoas estavam falando ‘Lula trouxe esperança sobre o desmatamento [da Amazônia]’”, afirma Falkenberg, referindo-se à impor-

tância do Brasil para a preservação da floresta. A polarização sobre as questões climáticas no Twitter guarda uma peculiaridade em comparação a outros casos parecidos. Existe um assunto que é compartilhado tanto por detratores quanto por apoiadores da importância de tomar medidas favoráveis ao meio ambiente.

“Existe um tópico que unifica os dois que é acusação sobre hipocrisia, especialmente de políticos”, diz Baronchelli. Ele exemplifica com o caso de políticos que utilizam jargões particulares para irem às conferências. As críticas, nesse caso, podem vir de ambos os lados do espectro polarizado. De início, o cenário pode até ser visto como positivo, mas não é dessa forma que os autores enxergam.

“Isso é um novo sinal de alerta para a diminuição da confiança em políticos e, ao fim, na democracia. [...] Depois de entender que existe uma polarização, mas que existe algo que os une, vamos ver o que é isso. Pode ser uma boa notícia, mas é a pior. É a notícia de que não existe confiança em políticos”, completa.

Falkenberg também chama a atenção de que, por ter esse assunto em comum, uma pessoa estaria mais suscetível a ser exposta ao outro lado da polarização da discussão. Ou seja, seria mais fácil para alguém começar a pensar que as mudanças climáticas não existem, por exemplo.

A situação é complexa e o que seria uma solução certa para ela é inexistente. “Como parar isso não é óbvio e nem conhecido”, diz Falkenberg.

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations.